

1. CONJUNTURA

1.1 INTERNACIONAL

Em 2008 iniciou-se uma crise econômica internacional analisada como a maior crise do capitalismo desde 1929. As medidas neoliberais para sair da crise impostas pelo FMI são: desregulamentações financeiras, cortes de gastos sociais, redução de salários e supressão de direitos sociais. Os grandes empresários e governos dos EUA e União Européia negociam um acordo de livre comércio que pode ser considerado um golpe de misericórdia no já quase derrotado “Estado de bem estar-social”, uma vez que através deste acordo as empresas poderão recorrer a um tribunal de justiça contra leis trabalhistas e políticas sociais consideradas “prejudiciais” aos seus negócios.

Uma vez sendo aplicada esta regra nos EUA e na Europa, existirá uma pressão muito grande por parte das empresas sobre outros países.

Enquanto os países desenvolvidos atacam os direitos dos trabalhadores, os efeitos da crise começam a atingir os países que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) cujo crescimento, principalmente o da China, está desacelerando.

O imperialismo e os governos, para sair da crise, aumentam a exploração dos trabalhadores e atacam seus direitos. Esta situação gera revoltas, como as greves gerais na Europa, na Primavera Árabe e nas mobilizações na América Latina, como em 2013 no Brasil e, atualmente no México.

O ascenso das lutas no mundo vem sofrendo forte repressão. A primavera Árabe sofreu uma contraofensiva e, em 2014, o Estado de Israel, mais uma vez, desencadeou uma guerra de limpeza étnica contra o povo palestino na Faixa de Gaza.

No México ocorreu um brutal ataque desferido pela polícia e narcotraficantes contra estudantes em uma manifestação, resultando na morte de três e no “desaparecimento” de outros 43 estudantes da Escola Rural de Ayotzinapa. Este trágico episódio desencadeou uma onda de protestos no país, pela apuração e punição dos envolvidos, bem como por melhores condições na educação pública.

DEFENDEMOS:

- *Não aos planos de ajuste do FMI e ao acordo de livre comércio entre EUA e Europa que coloca em risco os direitos sociais. Os trabalhadores não pagarão pela crise!*
- *Pela anulação da dívida externa (e ou inter-*

na) como mecanismo de espoliação da classe trabalhadora;

- *Solidariedade aos rebeldes sírios, vítimas da ditadura de Assad; Solidariedade aos palestinos; vítimas do genocídio praticado pelo Estado de Israel; Por uma Palestina única, laica, democrática e não racista;*
- *Apuração e punição de todos os envolvidos no massacre de estudantes no México.*

1.2 NACIONAL

“OS TRABALHADORES NÃO VÃO ACEITAR PAGAR A CONTA DA CRISE NA ECONOMIA”

O Brasil, dentro da ordem econômica mundial, ocupa o lugar de fornecedor de matérias primas e energia. Isso aumentou nossa dependência do mercado mundial e nossa subordinação a uma economia exportadora de produtos primários. A privatização das estatais, como a Vale do Rio Doce, fechou milhões de postos de trabalho, reabrindo outros com menores salários e destruiu boa parte da indústria nacional.

O PT enfrentaria esta ordem neoliberal, garantindo as reivindicações do povo brasileiro. Porém, Lula e Dilma deram continuidade à política do PSDB: desmonte do Estado brasileiro, privatizações, órgãos sucateados, precarização do trabalho, desvalorização dos servidores, verbas cortadas das áreas sociais, concessões à iniciativa privada, etc.

Desde 2003, com a reforma da Previdência, os servidores públicos enfrentam duros ataques. Aproximadamente 45% do Orçamento vai, todos os anos, com juros e amortizações da dívida. Com isso áreas fundamentais, como saúde e educação e transporte, deixam de ter recursos e entram em colapso. Foi isso que motivou os protestos de junho de 2013.

O PT continuou entregando os recursos do País aos banqueiros, paralisou a reforma agrária, privatizou estatais (aeroportos e leilões do petróleo), avançou na precarização do emprego e terceirização.

Os partidos que estão no poder são financiados pelas empresas e depois governam para elas. Por isso, estamos vendo o mar de lama da corrupção na Petrobras e nas estatais, que envolve políticos e grandes empreiteiras como a OAS e Camargo Correa. São fraudes, propinas, formação de cartel e desvios dos recursos públicos.

A Petrobras é usada por PT e PMDB como balcão de negócios, com cargos da diretoria leiloados entre aliados e contratos superfaturados com empresas que financiam campanhas. Igual ao que fazia o PSDB...

Em 2014, o governo promoveu o “circo” da Copa

do Mundo, à custa de milhares de remoções, obras caríssimas e desnecessárias, isenção de impostos para FIFA e nove operários mortos.

Nas eleições vimos um enorme desejo de mudança que, desde junho de 2013, pulsa entre os trabalhadores e a juventude. Esse desejo se manifestou de maneira deturpada, pois muitos votaram em Aécio acreditando em suas mentiras e promessas.

Outros votaram no PT para impedir a “volta da direita” ou por medo de que as coisas pudessem piorar. Na campanha, Dilma fez promessas supostamente de esquerda. Porém sua primeira medida, dias após se eleger, foi o aumento dos combustíveis e dos juros. Compôs o novo Ministério com Kátia Abreu, representante do agronegócio, como ministra da Agricultura; Joaquim Levy, ex-diretor do Bradesco, para o Ministério da Fazenda, e Armando Monteiro, ex-presidente da CNI, para a Indústria.

Na campanha, disse que não iria mexer nos direitos trabalhistas, ‘nem que a vaca tussa’. Mas nos últimos dias de 2014, com o apoio da CUT, assinou uma medida provisória que ataca direitos como o seguro-desemprego, a pensão por morte e o auxílio-doença.

Não podemos acreditar que a reeleição de Dilma signifique “*Governo Novo, idéias novas*”. O que vemos desde já é o compromisso com o lucro dos empresários que financiaram as campanhas, bem como com a manutenção de políticas que precarizar os serviços públicos e atacam trabalhadores do campo e da cidade, em especial mulheres, negros e LGBTs.

Após um longo período com a economia desacelerando, 2015 pode ser o ano em que a crise mundial atinja com mais força o nosso País. Por isso, já tentam jogar a conta nas nossas costas. Porém, os trabalhadores e a juventude brasileira já demonstraram que não aceitarão esses ataques passivamente. Prova é que o Brasil foi surpreendido em 2013 por grandes mobilizações. Precisamos organizar a luta e resistência da classe trabalhadora, não confiar no governo e na velha direita, e voltar a tomar as ruas para fazer ouvir nossa voz e fazer valer nossos direitos.

DEFENDEMOS:

- *Não pagamento das dívidas externa e interna aos banqueiros e grandes especuladores;*
- *Anulação da Reforma da Previdência de 2003; Fim do fator previdenciário, aumento do valor das aposentadorias;*
- *Pelo fim da Lei de Responsabilidade Fiscal e mais investimentos em saúde, educação e demais serviços públicos; Pela valorização do/a servidor/a público;*
- *Redução da jornada de trabalho sem redução*

de salários;

- *Chega de privatizações! Reestatização das empresas privatizadas sem indenização; Fim das isenções para as empresas;*
- *Reestatização completa da Petrobras; Prisão e confisco dos bens de corruptos e corruptores; Demissão da diretoria da Petrobras. Estabilidade do emprego para todos os trabalhadores das empresas envolvidas nos escândalos, até o final da investigação;*
- *Contra a precarização do trabalho; Fim das terceirizações, absorção dos terceirizados com os direitos dos demais servidores;*
- *Reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, já;*
- *Não a criminalização dos movimentos sociais e das lutas; Garantia do Direito de Greve e contra os projetos de restrição deste direito;*
- *Contra as opressões e a violência contra mulheres, negros (as) e LGBT’S; Trabalho igual, salário igual; Creches públicas;*
- *Redução do preço e melhoria da qualidade dos transportes coletivos, rumo à tarifa zero;*

1.3 - CONJUNTURA - ESTADUAL NENHUMA CONFIANÇA NO GOVERNO ROBINSON!

Os trabalhadores do RN produzem R\$ 40 bilhões em riquezas todo ano. Entre 2002 e 2011, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado cresceu a uma taxa média de 4,5% ao ano, acima da taxa do Brasil, que cresceu a uma média de 3,9% neste período. Então, ao contrário do que dizem os governantes, o RN não está mais pobre. Ao contrário, o Estado está mais rico.

Porém a classe trabalhadora no RN tem altos índices de pobreza, uma vez que 72% das famílias no RN ganham até 1 salário mínimo por mês.

O estado é um dos mais desiguais do País e sofre com problemas como analfabetismo, trabalho infantil e a violência, em especial contra jovens negros, LGBTs e mulheres. Em 2014, 117 mulheres foram assassinadas por machismo, sendo 5 em apenas 10 dias de dezembro.

O governo Rosalba (ex-DEM) deixa como legado o desmonte dos serviços públicos e o arrocho salarial do funcionalismo. Além disso, garantiu enormes lucros para as grandes empresas com isenções de impostos, gastando anualmente R\$ 800 milhões com terceirização e pagando cerca de R\$ 400 milhões por ano aos bancos em juros e amortização da dívida.

Rosalba passou todo o governo dizendo que não tinha dinheiro e recorrendo à Lei de Responsabili-

dade Fiscal para negar reajustes ao funcionalismo. O servidor público foi mostrado como um vilão, como se fossêmos culpados pela crise do RN.

Agora, seu vice, Robinson Faria (PSD) foi eleito governador e durante a campanha fez muitas promessas. Vamos exigir que cumpra todas, porém queremos alertar aos trabalhadores que não podemos esperar grandes mudanças deste governo, uma vez que Robinson foi financiado pelos grandes grupos econômicos (Friboi e Guararapes, por exemplo) e para eles governará. Seguirá pagando a dívida pública e gastando com isenções fiscais e terceirização.

O PT e o PCdoB, que governam o País, compõem diretamente sua equipe de governo e foram essenciais para sua eleição. A presença destes partidos será usada para tentar iludir, para apresentar esse governo como diferente e ao lado dos trabalhadores.

Mas o novo governo já anunciou que irá tomar medidas antipáticas, em clara referência ao não cumprimento dos planos de cargos, e já tomou a sua primeira medida, antes mesmo da posse.

Como presente de Natal para os servidores do RN, a Assembleia Legislativa aprovou, com o voto do vice Fábio Dantas (PCdoB), a lei que desmonta a Previdência, unificando os fundos, permitindo que os governos utilizem o dinheiro que estava sendo guardado para garantir no futuro a aposentadoria dos servidores, e criando ainda um Previdência complementar. Dias antes, eos deputados aumentaram em quase 100% os salários do governador, vice e secretários.

Para enfrentar este novo governo, foi reativado o Fórum dos Servidores Estaduais composto pelos seguintes sindicatos: Sindsaúde, Sinpol; SINAI, Sindfern, Sinsp, Sinte e SINTERN.

Precisamos, como fizemos nos últimos anos diante de Rosalba, manter nossa categoria organizada e com um sindicato forte e independente do governo, em unidade com os trabalhadores das demais categorias, pois só nossa luta poderá garantir os nossos direitos e não pagarmos a conta da crise da economia.

DEFENDEMOS:

- *Auditoria da dívida pública estadual e suspensão de seu pagamento;*
- *Execução das grandes empresas e cobrança da dívida ativa. Auditoria nos contratos da Copa;*
- *Fim das terceirizações, manutenção dos empregos dos/as dos/as terceirizados/as com os mesmos direitos dos/as demais servidores;*
- *Aumento geral de salários repondo no mínimo perdas acumuladas entre 2010 e 2014;*
- *Valorização dos serviços públicos, do fun-*

cionalismo e de suas carreiras; Concursos públicos para acabar com o déficit;

- *Direito à aposentadoria. Pela anulação das mudanças na Previdência que prejudicaram os servidores, aposentados e pensionistas.*

1.4 - CONJUNTURA - NATAL

Carlos Eduardo (PDT) assumiu a gestão com uma situação de colapso financeiro e nos serviços públicos, herdados da desastrosa administração de Micarla de Sousa (PV). Foi eleito com respaldo político da população e até de parte do funcionalismo, que buscava saída para a resolução do caos da cidade.

Após dois anos, vimos que o prefeito se limitou a sanar questões mais urgentes como retomada da coleta de lixo, fechamento de buracos nas vias públicas e pagamento de dívidas com fornecedores. Não ouviu a voz dos estudantes e trabalhadores que tomaram as ruas de Natal em 2013 para reivindicar o passe livre e serviços públicos padrão FIFA.

Assim, como nos outros seis anos em que foi prefeito, a gestão de Carlos Eduardo contingenciou recursos para os serviços públicos e priorizou interesses empresariais, como as obras da Copa e o embelezamento do corredor turístico da cidade.

Enquanto isso, os moradores da Mãe Luíza tiveram suas casas destruídas em uma tragédia que poderia ter sido evitada e que custaria o mesmo que foi investido na Fan Fest, ali perto. Este governo ainda descumpre a lei do passe livre para os estudantes de escolas públicas municipais e amplia gastos com cargos comissionados e terceirização. Em 2015, veremos novamente lutas contra os desmandos desse governo.

.....

2 - PLANO DE DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

Após 25 anos, na prática, a o SUS universal e estatal não se efetivou devido ao subfinanciamento e à forte presença do setor privado.

Pesquisa recente do IBGE (2013) apontou que 75% dos brasileiros utilizam exclusivamente o SUS. E os 25% que tem planos de saúde estão em maioria insatisfeitos e recorrem com frequência ao SUS.

Embora a saúde apareça como a principal necessidade da classe trabalhadora, esta não é a prioridade de governo. Ainda mais em tempos de crise econômica, as iniciativas para o setor tem sido a manutenção

do subfinanciamento, acrescido de sucessivos cortes orçamentários e ainda, a ampliação da saúde como espaço de acumulação de capital, com incentivo do governo para planos de saúde privados e terceirização da gestão pública.

De Collor a Dilma, passando por Lula, o que há é subfinanciamento e favorecimento da privatização, enquanto trabalhadores morrem sem atendimento.

Subfinanciamento

O investimento na Saúde é praticamente constante, em torno de 3,7% do PIB. Foi assim nos governos do PSDB e em 12 anos de PT (Lula e Dilma).

Já os gastos no setor privado equivalem a 4,7% do PIB, incluindo aí os com planos de saúde e odontológicos e os das famílias.

A União é quem mais arrecada no Brasil, batendo recordes ano a ano. No entanto, no orçamento federal de 2014 o governo destinou só 4,11% para a saúde, contra 42,04% para pagar a chamada dívida pública. E nem todo o Orçamento previsto é de fato executado.

No final de 2011 a Emenda 29 foi votada e aprovada, transformando-se na Lei Complementar 141. No entanto, por pressão do governo Dilma e com o apoio da base aliada (pretensamente defensora do SUS), foi retirado da lei justamente o ponto decisivo, aquele que definia o piso de gastos federais.

A recente aprovação da destinação de 25% dos royalties do pré-sal não vai resolver o problema do financiamento. A estimativa feita pela Auditoria Cidadã da Dívida é de que ela acrescentará apenas 0,4% do PIB ao orçamento de saúde em 2022, na melhor das hipóteses.

Outro obstáculo objetivo para a ampliação dos gastos com saúde pública é a famigerada LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que engessa as administrações de municípios, estados e União, colocando limites burocráticos para gastos com pessoal. O PT está no governo federal há 12 anos. Não mexeu uma palha para revogar a LRF. Manteve a DRU (Desvinculação de Recursos da União) que rouba dinheiro da Seguridade Social para pagar a dívida pública.

Privatização

Foi no governo FHC que foram construídas as bases legais para a terceirização dos serviços de saúde com a Lei 7637/1998, que regulamentou as Organizações Sociais (OS's), e a Lei 9790/1999, que regulamentou as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Os governos do PT além de não revogarem estas leis, avançaram na privatização e na desregulamentação do trabalho na saúde. Em 2007, por exemplo,

foi apresentado ao Congresso o PL 92/07 para criar Fundações Estatais de Direito Privado – FEDP.

Mas o principal ataque veio em 2011, com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) para gerir os hospitais universitários.

A EBSERH é um novo projeto para uma velha política de ataque à saúde. Intensifica a precarização do trabalho no serviço público, pois contratos são feitos via CLT por tempo determinado, acabando com a estabilidade e aumentando a rotatividade.

As subsidiárias da EBSERH seguem regras do mercado, podem captar recursos, vender serviços e aplicar os lucros no capital financeiro.

A EBSERH é um duro ataque ao que estabelece o Regime Jurídico Único (RJU). A tendência é que deixe de existir concursos públicos para os trabalhadores do setor e a contratação passe a ser feita através de processos seletivos com regime CLT, o que significa o fim da estabilidade no emprego, salários diferenciados, divisão dos trabalhadores, dificuldade em lutar por direitos, além de permitir o empreguismo e o favorecimento político.

A SAÚDE NO RN

No RN os governos vem reduzindo o investimento na saúde: caiu de 16% em 2007 para 12,9% em 2014. Mesmo estando dentro do limite constitucional, está claro que é insuficiente

Por outro lado, o que é orçado não é aplicado, pois o governo restringiu o repasse para a SESAP que deveria ser de R\$ 40 milhões gerando uma dívida de cerca de R\$ 90 milhões com a saúde. O resultado foi uma grande crise de desabastecimento afetando toda a rede hospitalar e o serviço de distribuição de medicamentos de alto custo pela UNICAT.

O resultado é a tragédia vivida pelos trabalhadores no Walfredo Gurgel, onde em 2013 morriam cerca de 200 pessoas todos os meses por falta de leitos de UTI e onde os corredores seguem lotados.

É o caso das péssimas condições em que são submetidas as mulheres durante o parto, muitas vezes ficando o período de pré-parto em cadeiras ou mesmo parindo no chão como assistimos no Santa Catarina ou duas pacientes com seus recém-nascidos dividindo um leito no Hospital da Mulher, em Mossoró.

Todo o governo de Rosalba significou desabastecimento, atraso no pagamento de fornecedores e das empresas terceirizadas, e suspensão dos repasses do Programa de Farmácia Básica aos municípios, resultando numa constante instabilidade no funcionamento de toda a rede de saúde do RN.

Outra marca foi o fechamento de serviços como as pediatrias do Deoclécio Marques e Santa Catarina

e do Centro de Saúde Reprodutiva. Um constante movimento de reduzir ainda mais os gastos na saúde.

Enquanto aplicava uma política de estado mínimo para a saúde, o governo comprometeu as finanças do estado com obras da Copa, principalmente a construção do Arena das Dunas por meio de uma Parceria Público Privada (PPP) com a OAS que produziu uma dívida mensal de R\$ 10 milhões por 20 anos.

O novo governo herdou uma dívida de cerca de R\$ 96 milhões com a saúde. O novo secretário, Ricardo Lagreca, foi um dos impulsionador da EB-SERH no HUOL, estando em sintonia com a política privatista do governo federal. Assim, é possível que o SUS no RN sofra um retrocesso ainda maior com uma possível abertura ainda maior dos serviços para o setor privado ou mesmo ampliando a EB-SERH para os hospitais estaduais.

A SAÚDE EM NATAL

Em Natal o Prefeito Carlos Eduardo vem sub-financiando a saúde, enquanto investe recursos vultosos em obras que não respondem às reais necessidades de mobilidade urbana da população e no embelezamento e decoração da cidade.

A Atenção Básica está sem condições mínimas de assistência com falta de insumos e medicamentos básicos constantemente, agravando a desassistência da população e aumentando a demanda na rede hospitalar. Isso se refletiu no baixo resultado na campanha de vacinação, um dos piores das capitais.

A assistência obstétrica também está comprometida, seja pela falta de medicamentos básicos para as gestantes, seja pelo fechamento da Maternidade Leide Morais há quase dois anos, levando à superlotação das demais maternidades existentes.

Na Média Complexidade há grandes dificuldades de atendimento médico e de exames especializados e uma grande dependência do setor privado, ao mesmo tempo em que ocorre o sucateamento da rede própria e não se garante os recursos para a construção do Laboratório Municipal.

O financiamento da saúde tem uma grande dependência de recursos federais. Em 2013 o Conselho Municipal de Saúde (CMS) constatou que o Orçamento proposto na Lei Orçamentária Anual (LDO) para a saúde em 2014 sequer cobria a folha de pagamento. Na ocasião o CMS recomendou aplicar 35% das receitas na Saúde.

Na LDO de 2015 o mesmo foi constatado pelo CMS e aprovada resolução para que fossem garantidos os valores necessários para ao menos manter o que está em funcionamento, porém o Prefeito se mostrou indiferente nestes dois anos às reivindi-

cações do CMS e dos servidores organizados.

Durante o debate da LDO na Câmara em 2014 houve uma importante vitória organizada a partir dos mandatos de esquerda que aproveitando uma crise na base aliada do prefeito, conseguiu aprovar emendas para a saúde que aumentaram em R\$ 4,6 milhões a Atenção Básica e a rede hospitalar.

Toda a política de Carlos Eduardo para a saúde foi sustentada e respaldada pelo professor da UFRN, Cipriano Maia, que assumiu a SMS por dois anos. Militante do PT, Cipriano defendeu a política de contingenciamento de recursos. Esta postura ficou clara com a proposta de fechamento do Posto de Saúde do Jiqui, a falta de apoio às resoluções do CMS em favor da saúde, bem como na postura dura nas negociações das pautas dos servidores em 2013 e 2014, representando, muitas vezes, um obstáculo no avanço das negociações. Por último, o secretário protagonizou o desconto de salários de 30 dias de greve dos servidores, mesmo sem ilegalidade da greve, trazendo prejuízo financeiro e buscando desmobilizar a categoria para futuras greves.

Cipriano saiu da SMS deixando um legado bastante negativo junto aos trabalhadores da saúde, demonstrando mais uma vez que não adianta ter o discurso de defesa do SUS quando se apoia ou aceita as políticas de estado mínimo aplicadas pelos governos das elites, como é o de Carlos Eduardo Alves.

2. 4 - NOSSO PROGRAMA PARA A SAÚDE

GERAL

- *Contra toda forma de privatização da saúde. SUS 100% público, estatal e de qualidade;*
- *Aumento do financiamento do SUS com 10% do PIB nacional para saúde, 25% das receitas do Estado e 35% das receitas dos municípios;*
- *Fim da Lei de Responsabilidade Fiscal;*
- *Fim das terceirizações e absorção dos funcionários dessas empresas;*
- *Implantação da política de saúde do trabalhador da saúde pelos entes federativos;*
- *Por eleições diretas para direções de unidades ou serviços.*

ESTADO

- *Concurso público para saúde e convocação dos aprovados;*
- *Reabertura das pediatrias, ortopedias e do Centro de Saúde Reprodutiva;*
- *Garantia de abastecimento da rede hospita-*

lar e da UNICAT com os medicamentos de alto custo;

- *Contra o fechamento de serviços e a municipalização dos hospitais de Canguaretama, São José de Mipibu, Macaíba, João Câmara, Angicos, Caraúbas, São Paulo do Potengi e Acari;*
- *Reestruturação e fortalecimento dos hospitais regionais para evitar a superlotação dos hospitais da Região Metropolitana; Refazer o Plano Diretor Regional para dotar as 8 Regiões de Saúde a média e a alta complexidade, fortalecendo os hospitais regionais;*
- *Renovação dos equipamentos e reformas dos hospitais;*
- *Prisão e confisco dos bens dos corruptos e corruptores da saúde;*
- *Garantia dos repasses aos municípios;*
- *Construção do Hospital de Trauma, sem Parceria Público-Privada (PPP);*
- *Estatização dos grandes hospitais privados, que vivem dos recursos do SUS.*
- *Atuar como gestor do sistema estadual de saúde articulando com os municípios e os hospitais universitários o funcionamento de um serviço de saúde hierarquizado e integral;*

NATAL

- *Realizar concurso público para suprir a necessidade de 4 mil servidores;*
- *Construir unidades de saúde considerando o crescimento urbano dos últimos anos; e unidades com padrão sanitário adequado em substituição das unidades improvisadas;*
- *Reabrir unidades de saúde fechadas e reestruturar serviços destruídos: Dixsept Rosado, Maternidade Leide Moraes, Centro de Saúde Reprodutiva;*
- *Construir uma rede de atendimento de média complexidade em todos os distritos garantindo a retaguarda da atenção básica;*
- *Construir um hospital geral de Natal;*
- *Garantir o funcionamento dos CAPSs e aumentar a rede de atenção à saúde mental.*
- *Pela garantia de equipamentos básicos em 100% nas Unidades de Saúde;*
- *Garantia do Atendimento pré-natal nas Unidades de Saúde e de Atendimento integral na Unidade Reprodutiva Leide Moraes*
- *Fortalecimento de rede de laboratórios próprios e fim do contrato com o DNA Center*

3 - DEMOCRATIZAR O SINDICATO E FORTALECER A NOSSA LUTA NA BASE

*‘E eu me organizando, posso desorganizar’
(Chico Science)*

A estrutura sindical brasileira foi organizada para controlar e ‘organizar’ os conflitos trabalhistas. A legislação montada ainda com Getúlio Vargas transfere o poder para as direções de sindicatos, federações e centrais sindicais. As lideranças passam a ter o poder de decidir pelos demais, podendo fechar acordos com empresas ou, no nosso caso, com governos. A estrutura sindical getulista é feita para retirar o poder da base e ‘acalmar’ o ambiente de trabalho, evitando conflitos. O objetivo é que o poder seja exercido pela direção do sindicato e não pelo conjunto da categoria.

A maioria dos sindicatos e lideranças sindicais aceita de braços abertos esse poder que lhe é dado e ainda faz de tudo para manter o controle sobre a base, atacando a democracia, realizando manobras para impedir decisões com as quais discorde, etc. Acabam se afastando da categoria, distante da base.

O Sindsaúde-RN e a CSP-Conlutas lutam contra essa legislação e defendem um modelo de sindicalismo oposto, com ampla democracia e onde a base tenha poder de decisão e controle a sua direção. Por isso, nosso sindicato promove assembleias regulares e democráticas, abrimos mão do imposto sindical, e chegamos a formar comandos em algumas das greves.

Mas não é o suficiente. O Sindsaúde precisa democratizar ainda mais sua estrutura, para que de fato represente o conjunto da categoria. A democratização do sindicato fortalecerá as nossas lutas e é um passo importante para que a mobilização seja permanente, no ambiente de trabalho, e não apenas durante as campanhas salariais. Desta forma, estaremos ampliando a nossa força para lutar contra os governos e, principalmente, para colocar nas mãos da base o poder para decidir e conduzir as suas lutas.

Para os que assinam esta tese, esse é um dos principais pontos do nosso congresso.

A força dos trabalhadores organizados

A legislação trabalhista não reconhece a Organização por Local de Trabalho (OLTs). Apesar de aprovada na Constituição de 1988, o artigo sobre isso nunca foi regulamentado. Não é coincidência. Não interessa a patrões e governos que trabalhadores estejam organizados em cada local de trabalho. Uma organização desta forma, com centenas de pessoas eleitas e atuando, é uma ameaça permanente a qualquer governo, uma trincheira contra os ataques.

.....

Não por acaso, em golpes militares como o do Chile (1973) e no Brasil (1964), uma das primeiras medidas foi o desmantelamento das comissões de fábrica, com prisão de centenas de delegados sindicais.

No Brasil, os trabalhadores tiveram experiências de organização por local de trabalho, com destaque para os metalúrgicos de São Paulo e do ABC Paulista. Todo esse legado foi desmontado, não só pelo interesses das empresas, que não queriam ver os trabalhadores organizados em seus calcanhares, mas também de direções pelegas, que (com toda razão) viam nas comissões de base uma ameaça para seus planos de conciliação e unidade com os patrões. Por isso, enfraqueceram e atrelaram as comissões de base.

Atualmente, apenas uma minoria de sindicatos possui algum tipo de organização por local de trabalho. Muitos apostam na fórmula das CIPAS (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes), reconhecidas pela legislação, como um espaço para organizar a luta específica por condições de trabalho

Representantes ou comissões de base?

O estatuto do Sindsaúde prevê a eleição de representantes por unidade, de acordo com a quantidade de sócios. Eleitos, estes formariam um Conselho de Representantes. A experiência chegou a ser aplicada, mas já se passaram 10 anos desde que isso ocorreu.

Achamos que é uma prioridade para a categoria retomarmos a organização de base no próximo período e queremos discutir a forma de organização. Na nossa visão, o conselho de representantes é limitado assim como os critérios para sua formação, que contam apenas os sócios para definir a quantidade de representantes de cada local.

Propomos formar comissões de base, começando nos principais hospitais e unidades, e que o atual Conselho de Representantes (previsto no estatuto) se transforme no Conselho de Comissões de Base, com reuniões periódicas, superior a diretoria.

Não achamos que seja algo simples criarmos e mantermos as comissões. Encontraremos dificuldades, como repressão e até o nosso tempo escasso, que é tomado por uma jornada de trabalho desumana. Mas achamos que é possível e necessário.

Uma primeira experiência começou a ser feita na Unicat Natal, após a greve. A comissão de base foi criada em dezembro, eleita em votação direta pelos servidores, e já publicaram um jornal próprio.

Das lutas específicas às lutas gerais

Nas fábricas, nas empresas, o objetivo de uma organização de base é coordenar a resistência contra a exploração capitalista e disputar o controle da

produção. No nosso caso, as comissões de base podem assumir um papel importantíssimo, de resistência à precarização, à sobrecarga de trabalho, à falta de condições de atendimento. É na base, em cada setor, que os trabalhadores sentem os reflexos imediatos do descaso dos governos. É onde a exploração acontece.

Nossa luta não é apenas pelas reivindicações principais, as que atingem toda a categoria, como reajustes e planos de cargos. Em cada local de trabalho, temos que exigir condições de trabalho, alimentação, novos servidores, escalas justas, jornadas, manutenção e ampliação dos serviços à população, etc.

O assédio moral é um dos principais problemas. Grande parte dos gestores e chefes, em vez de garantirem condições de funcionamento, preferem resignar-se, e trabalhar dentro do que *'é possível'*. Desta forma, transferem a responsabilidade para os servidores, nos obrigando a trabalhar em cenários de guerra. Para isso, recorrem a pressão, ameaças, gritos, remanejamentos, e ao uso de escalas e eventuais como formas de controle e chantagem.

Com a crise da economia, a tendência é que a situação se agrave em cada um de nossos locais. Cada vez mais seremos chamados a trabalhar em dobro, a virar plantões, a conviver como pacientes nos corredores e outras situações inaceitáveis como parte da rotina. Desta forma, as comissões de base assumem também a linha de frente da **denúncia da crise da saúde**, mostrando para a população a realidade que os governantes insistem em maquiavar.

Na hora das greves, das lutas gerais, as comissões de base cumprem um papel importantíssimo, organizando a luta. Estaremos mais fortes, a partir das lutas específicas, para travar o combate com os governos e a defesa da saúde pública. Quanto mais trabalhadores organizarmos, mais forte o sindicato será, mais força terá para levar adiante as suas demandas. Isso é fundamental para a potencialização da capacidade de luta dos trabalhadores.

Relação com a diretoria

Não queremos que as comissões sejam 'braços' do sindicato nos locais de trabalho, subordinados à diretoria. Propomos que as comissões de base sejam parte do sindicato, mas autônomas da direção do sindsaúde. Na prática, estas comissões serão a representação direta dos trabalhadores de sua unidade, exercendo a democracia direta, com assembleias e reuniões locais.

Isso significa transferir o poder e democratizar o sindicato, assegurando o controle pelos trabalhadores das decisões e encaminhamentos que são adotados nas lutas. Da mesma forma, o Conselho de Comis-

sões de Base também é parte do sindicato, mas não só com autonomia, mas superior à diretoria.

É papel da direção do sindicato acompanhar as comissões e apoiá-las, garantindo formação política e condições para que exerçam a representação. Transferir o poder não significa enfraquecimento da nossa luta. Isso porque o sindicato somos todos nós.

DEFENDEMOS:

- *Formação das comissões de base, autônomas da diretoria.*
- *Formação do Conselho de Comissões de Base, superior à diretoria, substituindo o atual Conselho de Representantes (mudança no estatuto).*
- *Apoio às comissões de base, com formação política e combate à qualquer tipo de perseguição aos ativistas.*
- *Eleição de comandos durante todas as greves, em assembleia.*
- *Campanha contra assédio moral (palestras, cartilhas) tendo as comissões de base também como instrumentos para denúncias.*
- *Ampliação das reuniões e palestras nos locais de trabalho e elaboração de pautas específicas de luta.*

CONTRA A BUROCRATIZAÇÃO

A estrutura sindical afasta os melhores ativistas da base, e estes passam ter uma realidade diferente, longe do local de trabalho. Isso, somado ao acesso ao patrimônio do sindicato (carros, etc) é um caminho aberto para que os diretores se burocratizem.

A atual diretoria foi eleita combatendo e denunciando a burocratização do sindicato e o controle excessivo na mão de poucas pessoas. Junto ao trabalho de base, é preciso um combate permanente contra a burocratização, para evitar que os erros que ocorrem na maioria dos sindicatos se repitam.

O primeiro passo é a meia-liberação dos diretores. Hoje usamos três liberações integrais no estado e duas no município de Natal.

Propomos que estas liberações sejam divididas, em liberações de 20 horas, permitindo que os diretores liberados possam conciliar o tempo ao sindicato com o trabalho, junto a seus colegas. Essa proposta foi negada pela Sesap e propomos que seja feita novamente ao atual secretário, apoiada pelo nosso congresso. Desta forma, estaríamos aproveitando uma conquista dos trabalhadores, que é a liberação sindical para organizar a luta, e mantendo os principais diretores parte de seu tempo na base, trabalhando.

A luta contra a burocratização é permanente e caminha lado a lado ao fortalecimento da presença do sindicato na base.

DEFENDEMOS:

- *Alteração na forma de liberação, com meia-liberação (1/2 sindicato, 1/2 trabalhando);*
- *Uso do tempo de liberação para presença na base; Controle do tempo dos liberados;*
- *Continuidade e ampliação dos cursos de formação política contra a burocratização;*
- *Controle do uso dos recursos do sindicato, com criação de regimento específico;*
- *Transparência nas finanças, com prestação de contas bimestral e publicação em jornal;*
- *Mudança no estatuto, desvinculando o Conselho Fiscal da chapa de diretores;*
- *Fim dos delegados natos ao Congresso do Sindsaúde (diretores).*

.....

4. BALANÇO

Assumimos a gestão do sindicato no final de fevereiro/2013, com mais de 70% da diretoria sem nenhuma experiência sindical. E com uma missão clara, recolocar o Sindsaúde de volta ao caminho da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, e fomos sem sombra de dúvida nesses dois anos o incômodo e o calo no sapato dos governos.

Nosso sindicato enfrentou o governo Rosalba, Carlos Eduardo e prefeitos do interior, e que contou com a participação efetiva da base dos trabalhadores da saúde. A diretoria encaminhou e organizou as lutas necessárias para garantir as conquistas dos direitos dos trabalhadores.

Muitas lutas ocorreram em caráter nacional, estadual, municipal e estivemos presente construindo junto com o conjunto da classe trabalhadora, como: as mobilizações de junho, julho e agosto de 2013, as mobilizações contra os gastos da copa. Participamos e construímos as atividades organizadas pela CSP Conlutas, do encontro estadual e o Encontro Nacional do MML – Movimento Mulheres em Luta, movimento filiado à CSP Conlutas, que tem como objetivo organizar as mulheres trabalhadoras.

Em agosto tivemos a nossa primeira greve contra o governo Rosalba, greve histórica, que durou

34 dias, uma das mais fortes que a categoria já fez. Houve muitas atividades de rua marcadas por ampla visibilidade na imprensa e apoio popular, a vigília com as velas que simbolizava a quantidade de mortes no Walfredo Gurgel foi muito impactante.

A boneca “Robalda” foi o marco da greve. Fizemos atividades radicalizadas, como ocupações na SEARH, na CAERN e na SESAP e o acampamento em frente à residência oficial da governadora, por 14 dias. Uma das dificuldades foi a não interiorização da greve. As direções regionais não construíram a greve no interior, resultando com que ocorresse com grande intensidade apenas em Natal.

Tivemos uma grande vitória política que foi desgastar o governo e fazer com que tivesse mais de 90% de rejeição. E mesmo em plena greve, fomos os impulsionadores da campanha pelo Fora Rosalba, e, depois, pela entrega do pedido de impeachment.

No município de Natal tivemos uma greve que durou 43 dias. A categoria estava como muita disposição realizando muitos atos, passeatas, nas ocupações e nas assembleias. O marco foi o COMANDO DE GREVE que organizava e elaborava as propostas do movimento.

No interior, houve greve em Parnamirim e Mossoró e mobilizações em vários outros municípios como: Macau, Extremoz, Canguaretama e outros.

Em 2013 cumprimos um papel importante na construção da unidade com as outras categorias para enfrentar os ataques dos governos estadual e municipal, com atos unificados, o que se repetiu em 2014, na luta contra a reforma da Previdência no final do ano e na reorganização do Fórum Estadual de Servidores.

Em 2014 com mais uma greve do Estado conseguimos arrancar o cumprimento do compromisso feito na greve, com a correção de erros na tabela salarial, resultado de acordo feito pela direção anterior.

No aspecto econômico conseguimos correções na tabela salarial do PCCR dos servidores estaduais, que variou entre 8,5 a 21%; paridade dos salários dos aposentados com os ativos que estavam congelados desde 2010; a garantia na lei da Jornada Especial e GAE para os servidores dos hospitais municipalizados; Retorno da Vantagem pessoal para o Nível Superior que havia sido retirado em 2013.

Em setembro, a greve da UNICAT motivada pela mudança da jornada de trabalho dos servidores durou 45 dias. Foi uma greve difícil, política e radicalizada, com atos, manifestações de rua e cortes nos salários. O movimento revelou a crise de desabastecimento de medicamentos que vivem os hospitais e teve muita repercussão na imprensa. Houve enfrentamento com direção da unidade e o secretário de saúde. Tivemos

também a auto-organização dos trabalhadores com um comando de base local. Avaliamos como um movimento vitorioso política e economicamente: conseguimos a devolução dos salários, abono das faltas e metade da jornada de trabalho que reivindicamos e principalmente o respeito dos usuários e dos colegas, comprovado na eleição da comissão de base.

Outra luta importante foi pela convocação dos concursados. Nossa pressão política, com reuniões e atos, contribuiu para que o governo convocasse os aprovados mesmo depois de encerrado o prazo. A quantidade de convocados está longe de ser a necessidade, porém consideramos uma vitória a convocação.

No município de Natal o Sindaúde dirigiu uma nova greve que durou 59 dias e, pela intransigência do governo, chegou até a Copa do Mundo. Ficamos acampados 11 dias em frente à prefeitura, que só saímos mediante ação judicial. Denunciamos a crise da saúde municipal, em meio aos gastos com a Copa. Esta greve além dos ataques do governo, do Sinsinat e Sindas, sofreu a criminalização por parte da justiça do trabalho e MP, e, em seguida, o corte dos salários.

Retomamos a luta dos agentes de saúde e de Endemias que tinha sido abandonada pela direção anterior, garantimos caravanas dos agentes a Brasília para pelo piso salarial. Infelizmente tivemos uma derrota que foi a perda da representatividade para o SINDAS.

Também houve greves em Parnamirim, Afonso Bezerra, Brejinho e Extremoz, assim como processos de mobilizações e lutas em outros municípios.

Infelizmente não conseguimos desenvolver um trabalho organizado com os trabalhadores terceirizados, atuamos mais quando ocorrem problemas de não pagamentos de salário e com foco mais localizado no HWG. Para nós é um ponto negativo, pois é um dos setores mais explorados. Precisamos retomar a discussão de representatividade neste setor.

Um dos aspectos negativos foi a nossa dificuldade em acompanhar as regionais, isto ocasionado por alguns motivos que foram: apenas três diretores liberados para o estado todo, afastamento de uma parte considerável de diretores por motivos diversos, ocasionando uma sobrecarga nas tarefas.

No aspecto administrativo, recebemos o sindicato da direção anterior com dívidas: R\$ 150.000 à outros sindicatos geradas pela realização de eleições; e mais de 50.000 com a CSP Conlutas Nacional, por atraso de vários meses na mensalidade.

Reforçamos a assessoria jurídica, hoje temos 5 advogados trabalhistas em Natal. Contratamos advogados pra Regional de Pau dos Ferros e Caicó e mantemos a assessoria em Mossoró ampliando pra os municípios próximos. Assim como temos plantões

semanal na regional de Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante, João Câmara e região. Sendo assim, hoje contamos com 08 advogados trabalhistas e 01 Civil.

Hoje existe funcionamento regular da direção estadual e da executiva. As decisões são descentralizadas, e todos os diretores têm direitos e deveres.

Afirmamos que apesar de debilidades, frente aos acontecimentos que a realidade nos impôs, temos a convicção que cumprimos o nosso papel de independência política frente aos governos e construindo um sindicato que luta e não se rende aos ataques. Com certeza há muito que fazer.

.....

5. PLANO DE LUTAS:

A luta por melhores salários não pode estar dissociada da luta pela garantia de uma saúde pública e de qualidade para a população. Desta forma, toda a luta dos servidores da saúde é, em primeiro lugar, em defesa da saúde pública, defendendo um programa, como o que apresentamos no ponto 2.4 desta tese.

REIVINDICAÇÕES ECONÔMICAS:

- *Reajuste salarial com igualdade de tratamento;*
- *Isonomia entre os trabalhadores da mesma categoria, cargos e mesmos níveis do PCCR;*
- *Isonomia Salarial para todos os servidores ativos, aposentados;*
- *Jornada de 30h para a Enfermagem sem redução salarial;*
- *Implantação automática da progressão por tempo de serviço sem avaliação de desempenho;*
- *Calendário de pagamento dentro do Mês para todos os servidores ativos e inativos;*
- *Atualização e pagamento das dívidas do IP-ERN e de precatórios;*
- *Alteração da Lei estadual do Auxílio Transporte;*

- *Revisão da Lei da Gratificação de Produtividade para os servidores estaduais;*
- *Reformulação do PCCR como: Ampliação de 16 para 20 níveis na tabela do PCCR; Extensão da Gratificação por localização Geográfica para níveis elementar e médio;*
- *Manutenção da Jornada Especial para todos os servidores estaduais com 40h;*
- *Revisão da proporção salarial entre os cargos para os servidores*
- *Implantar GEAON, GEAUE, adicional de insalubridade e noturno (Natal);*
- *Implantação do percentual de 20% para todos servidores de Natal;*
- *Revisão do percentual de insalubridade dos que recebem 20% (Natal);*
- *Implantação do vale refeição para os servidores com dois expedientes;*
- *Pagamento imediato da ação judicial em execução dos R\$ 50,00 dos ACS e ACE (Natal)*

REIVINDICAÇÕES SOBRE PROCESSO DE TRABALHO E GESTÃO DE PESSOAS:

- *Concurso público no Estado, Natal e Municípios; Convocação dos concursados do Estado do cadastro de reservas;*
- *Implantação da Tabela de Qualificação Profissional conforme e a reformulação da Lei 333/2006;*
- *Garantia de aplicação dos recursos do FITEC para realização de cursos de capacitação profissional nas unidades, com gerenciamento dos recursos por um conselho com a participação dos servidores;*
- *Lutar pela Garantia do direito às Licenças Prêmio (Revogação do Decreto de Rosalba);*
- *Lutar pela garantia do adicional de insalubridade para todos os profissionais de saúde;*
- *Lutar pela aprovação de projeto de Lei estadual de combate e ao Assédio Moral;*
- *Aposentadoria e Auxílio-Doença integral;*
- *Garantia do retorno dos servidores municipalizados ao seu órgão de origem;*
- *Segurança em todas as Unidades de Saúde;*

ASSINAM A TESE DEMOCRACIA E LUTA:

DIRETORES ESTADUAIS: HWG - Ângela Ramos, Egídio, Lúcia e Rosália; HSC – Adriana Sousa, Fátima e Simone Dutra; NATAL - Célia Dantas, Paulo Roberto, Jefferson; HJM – Ismael; RUI PEREIRA – Suetânia; SAMU – Paulo Martins; Hosp. CARAÚBAS – Ritinha; HMAF – Edgard; CRI – Jamille; HRTM – João Moraes; MACAU – Edineide; SANTANA DO MATOS / HWG – João Assunção. H.R. PAU DOS FERROS: Edneudo

UNICAT: Agliberto, Elizabete, Junior, Josane, Paulo; **HSC:** Andréia, Natalie, Natalia e Suely Gomes; **HGT:** Breno, Ana Cristina e Gracilene; **HMAF:** Marlene e Lourdes Mendes; **HWG:** Edineide Amorim, Lucinete, Maria das Vitórias, Leonardo, Sonia Suely, Soledade e Paixão. **RUI PEREIRA:** Nady Castro e Sandra Mafra. **HJM:** Gustavo Lino **NATAL:** Luciara Patrícia (Mat. Quintas), Kátia Cilene (Dist. NII - NSA), Lucineide Siva (UMFC), Maria Lemi (Nordelândia), Rejane (USF Igapó), Flávio Gomes (PSI Sandra Celeste), Andrea Alexandre (PSF Nova Natal) Ilka (Sandra Celeste/M. Leide Moraes)

SAMU Metropolitano: Aécio, Paulo Soares, Zé Maria **PARNAMIRIM:** Maternidade Divino Amor - Henrique Pessoa e Mirgues. **LACEM:** Josimar

REGIONAL MOSSORÓ: Jussirene e Géssia **REGIONAL SANTA CRUZ:** Franklin Henrique **REGIONAL PAU DOS FERROS:** Edson e Milliam. **REGIONAL S. G. DO AMARANTE:** Júnior, Elineuza, Fátima **CERRO CORÁ:** Glorinha **ASSÚ:** Alfredo **JANDAIRA** - Angela Pereira